

As vivandeiras da esquerda festiva

A crise poderá ter desdobramentos indesejados, se a opinião pública se deixar levar pelo clima de terrorismo político que se está criando. Se não for possível controlar as emoções que se procura canalizar a pretexto de "passar a limpo o País", em breve não haverá quem consiga sustentar o primado do Direito sobre o da presunção de culpa, e todos seremos engolfados pelas ruas, que conseguiram, finalmente, encontrar seu *procurador*, que protegido por suas imunidades de senador se transforma em delegado, promotor público e juiz da moralidade pública e da sorte das instituições. Neste fim de semana, o País estará preocupado com três grandes problemas institucionais: o show de Paul McCartney, a chegada de Paulo César Farias e a relação deputados—empreiteiras. Os assuntos menores, como a revisão da Constituição e o plano de estabilização da economia, esses podem ficar relegados a segundo plano. No Executivo sabe-se disso: o plano será anunciado terça-feira, se não houver manchetes mais interessantes.

As ruas alimentam-se agora das descobertas envolvendo empreiteiras. As relações dessas empresas com o poder público sempre foram pouco transparentes, em muitos casos beirando o ilícito — e algumas condenações em processos de ação popular, as sentenças determinando o pagamento de vultosas importâncias aos cofres de municípios ou mesmo

de Estados, comprovam o fato. Seria lastimável, assim, que se viesse a perder a oportunidade de rever esse tipo de relacionamento (que não vem de 1985, como se quer insinuar, mas de muito mais longe), e de criar condições para a correta inserção desse tipo de empresa privada no contexto dos serviços contratados pelo Estado. O ardor com que se quer condenar pode impedir uma solução *correta*, o que significará que dentro em breve os mesmos males estarão de volta, acrescidos.

O que preocupa não é isso. É a encenação que se fez quinta-feira. No ambiente traumatisado em que vive o Congresso, as primeiras declarações do senador Jósé Paulo Bisol (dadas terça-feira por telefone a uma rádio de Porto Alegre) sobre as ligações entre empreiteiras, parlamentares e funcionários do Executivo cairam como uma bomba em Brasília, tanto mais que o *procurador* falava em cerca de 100 parlamentares comprometidos. Quinta-feira, o terrorismo político deu um passo em irresponsabilidade: o senador convocou o presidente da CPI, senador Jarbas Passarinho, o vice-presidente da Câmara dos Deputados e membros da Comissão para uma reunião em seu apartamento, deixando propositadamente



de lado o relator da CPI, deputado Roberto Magalhães. Depois, acompanhado pelo senador Pedro Simon, foi ter ao presidente da República, enquanto o *escudeiro* Mercadante ia bater nos gabinetes militares não se sabe em busca do que: se de apoio para continuar investigando (que negado fosse, a negativa representaria um autêntico golpe de Estado), se de provocador, mensageiro de más novas contra o Congresso. O senador Bisol (PSDB) e o deputado Mercadante (PT) fi-

zeram questão de retirar os trabalhos da CPI do âmbito originário do Congresso e levá-los ao Executivo, com isso se colocando sob o manto protetor da Presidência da República e das Armas. Pouco importou, naquele instante, que o nome do deputado Roberto Magalhães fosse misturado com os de não se sabe quem, nem muito menos que o Congresso fosse desmoralizado enquanto corpo. Ontem, os 100 se reduziram a 6, ou pouco mais — mas o objetivo perseguido pelo *procurador* e o *escudeiro* foi alcançado: as Armas se viram solicitadas a dar seu aval a um processo até então circunscrito ao Poder Legislativo.

A irresponsabilidade dessas vivandeiras de uma nova esquerda festiva deve merecer o repúdio de quantos não desejam que a rua domi-

ne a CPI. Não é possível, para servir a motivos alegadamente patrióticos, mas antes de mais nada histriônicos (*o senador Passarinho previu isto, falando das mariposas que procuravam os holofotes da CPI*), ou provocativos, desmoralizar o Legislativo, colocando sob proteção militar uma investigação civil e política, nem pedir ao presidente da República as bênçãos para que se continue uma investigação que não afeta S. Exa. Ora, na medida em que os personagens envolvidos não são crianças, devem saber que alvos têm em vista. Objetivamente, podemos tê-los como a desmoralização do processo político, a procura do comprometimento de nomes

respeitáveis, como o do deputado Roberto Magalhães (já não se tentou, ninguém sabe quem, comprometer o senador Jarbas Passarinho no início dos trabalhos, depois que ele se referiu às mariposas?), a volta do País ao clima em que se viveu no passado, quando a sombra dos quartéis pairava ameaçadora sobre o Congresso Nacional. A tanto se presta a irresponsabilidade das pessoas que se deixam empolgar por uma atividade de investigação para a qual não têm as qualificações de equilíbrio necessárias.